

CONSTRUINDO O PERFIL DE MULHERES COM TRAJETÓRIA DE VIDA NAS RUAS: APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE DA EXCLUSÃO

Área Temática de Saúde

Resumo

Este trabalho descreve o perfil das mulheres com trajetória de vida nas ruas, moradoras da República Maria Maria, com as quais desenvolvemos um projeto de extensão desde 2001. Tem como objetivo conhecer quem são, como vivem e quais motivos às levaram a viver nas ruas. O estudo constitui-se de uma investigação exploratória, quanti-qualitativa, que utilizou a entrevista semi-estruturada como principal instrumento de coleta de dados. Os resultados mostram que mais de 36,84% das mulheres se encontram em idade produtiva; 44,73% são nascidas no interior do Estado; 63,15% possuem ensino fundamental incompleto; 60,52% foram para as ruas devido a problemas familiares; grande parte é acometida por algum tipo de afecção à saúde, dentre estes 57,89% apresentam sofrimento mental. Verificamos que os dados encontrados são compatíveis com o Censo de População de Rua de 1998, que aponta as situações de exclusão, opressão e vulnerabilidade, identificadas no estudo. Através do perfil, nos aproximamos de suas realidades, contribuindo para a sensibilização sobre seus direitos e a mobilização para buscarmos uma melhor qualidade de vida. Concluímos que temos um compromisso acadêmico e social no trabalho de resgate da cidadania destas mulheres, buscando despertar a auto-estima por meio do autocuidado e da atenção à saúde.

Autores

Eliana Aparecida Villa - Enfermeira, professora assistente da Escola de Enfermagem, mestre, orientadora do trabalho

Thaís Lima Santiago dos Reis - Aluna de Enfermagem, bolsista do projeto de extensão

Hozana Reis Passos - Aluna de Enfermagem, voluntariado projeto de extensão

Maria Luciene Guimarães - Aluna de Enfermagem, voluntária projeto de extensão

Patrícia de Oliveira Salgado - Aluna de Enfermagem, bolsista do projeto de extensão

.

Instituição

Escola de Enfermagem

Palavras-chave: população de rua, saúde da mulher, prática educativa.

Introdução e objetivo

O presente estudo descreve o perfil das mulheres com trajetória de vida nas ruas, com as quais temos desenvolvido um trabalho de educação em saúde. Trata-se de um Projeto de Extensão da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), iniciado em 2001 que busca, por meio de ações educativas, fundamentadas em metodologias participativas, facilitar a compreensão, o envolvimento e a participação do público alvo.

O trabalho tem sido desenvolvido junto às moradoras da República Maria Maria. Esta abriga um grupo de até 50 mulheres que podem estar acompanhadas de seus filhos, desde que esses tenham até 5 anos e 11 meses de idade. Essa população é retirada das ruas pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) e encaminhada para a República. O trabalho de resgate dessa população pela Secretaria Municipal de Assistência Social conta com o apoio da Equipe de abordagem e

com mais quatro equipamentos: Centro de Referência, Abrigo São Paulo, Albergue Municipal e República Reviver, além da República Maria Maria.

A República Maria Maria é uma das formas de assistência para a população de rua de Belo Horizonte. A instituição foi fundada em julho de 2000 e é mantida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em parceria com a Associação Grupo “O Consolador”. É administrada por um grupo de profissionais constituído por Terapeuta Ocupacional, Pedagogo, Psicólogo e Assistente Social. A instituição apresenta como proposta a reinserção das mulheres na sociedade, através do encaminhamento para emprego ou ocupações, cursos profissionalizantes, regulamentação da documentação pessoal, dentre outros. Segundo o Fórum de População de Rua (93/96:6), considera-se como população de rua: “O segmento da população de baixa renda, de idade adulta que, por contingência temporária ou permanente, pernoita em logradouros públicos, tais como praças, calçadas, marquises, embaixo de viadutos, em galpões, lotes vagos, prédios abandonados e albergues públicos. O conceito abrange ainda crianças e adolescentes, desde que em companhia das respectivas famílias”.

O desenvolvimento de um trabalho educativo com essa população sob a ótica de que todos aprendem e, ao mesmo tempo, todos ensinam, tem mostrado as ricas possibilidades contidas em cada uma das mulheres, que nos surpreendem a cada nova ação educativa. Durante as mesmas, fala-se muito da vida, das experiências, de modo geral, do vivido, contudo, pouco se conhece da vida de cada uma delas. Quem é essa moradora da República? De onde veio? Por que chegou às ruas?

A resposta da sociedade para quem não se enquadra são os estigmas: vagabundo, malandro, vadio ou quando muito coitado; ele é o outro, o que não faz parte, que precisa ser afastado ou reintegrado (Dias, 1994). Segundo Telles apud Dias: “A pobreza qualifica-se como uma experiência (real ou virtual) dos limites ou mesmo da ruptura com os parâmetros que constroem a noção de uma ordem legítima de vida. E nesse caso transfigura em marginalização no interior de um imaginário social que constrói as figuras da pobreza extrema como solo da desagregação moral, da desrazão”.

Nessa perspectiva, a construção de um perfil baseado nos relatos das próprias mulheres se torna uma oportunidade única de se conhecer a realidade vivida por esse público, com o qual estamos desenvolvendo o trabalho de educação em saúde, pois a partir da realidade encontrada poder-se-á atuar de maneira mais efetiva na reconstrução da identidade do sujeito, respeitando a singularidade de cada um. Nesse sentido, Gomes (1998) complementa nosso pensar ao dizer que: “é necessário encontrar formas concretas de agir que reconheçam o papel do ‘outro’ enquanto sujeito ativo na construção das alternativas”.

Assim sendo, o desenvolvimento desse trabalho tem os seguintes objetivos: criar um banco de dados para a República Maria Maria; descrever quem são e como vivem as mulheres; conhecer os motivos que as levou para as ruas; investigar se ainda possuem laços com familiares.

Metodologia

O presente estudo constitui-se de uma investigação exploratória, quanti-qualitativa, que utilizou a entrevista semi-estruturada como instrumento principal de coleta de dados. Conforme Gil (1995) as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vista na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Para complementar o levantamento, apenas quando se fez necessário, utilizamos dados coletados junto às coordenadoras da República Maria Maria que, de modo geral, conhecem parte das histórias das moradoras que ali estão.

A entrevista semi-estruturada foi realizada mediante a utilização de um formulário com questões abertas que norteou os pesquisadores durante todo o desenvolvimento do

trabalho. De acordo com Triviños (1987): “Entrevista semi-estruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa”.

O fato de ter sido realizada uma entrevista individual com perguntas abertas nos permitiu o acúmulo de um rico material, referente às histórias de vida de cada uma das mulheres entrevistadas, dos sofrimentos vividos, das angústias e das esperanças. Esse material nos permite uma análise qualitativa, segundo a metodologia de análise do discurso.

A coleta de dados ocorreu no período de 22/08/2003 a 12/09/2003, no horário de 9:00 às 17:00 horas com as mulheres moradoras da República, um total de 38 entrevistas foram realizadas nesse período. É importante ressaltar que, desde o princípio, para realização deste estudo seguiu-se a determinação da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 1996), que dispõe sobre os aspectos ético-legais dos trabalhos de investigação científica, tendo sido aprovado pela Coordenação da República e resguardado o anonimato das entrevistadas.

É importante lembrar que a participação das moradoras foi voluntária, respeitando sempre as mulheres que se recusaram a participar do trabalho. Nesses casos, utilizamos somente as informações coletadas junto às coordenadoras da República.

Resultados e discussão

Segundo Bogdan e Biklen (1994) “a análise dos dados é o processo de organização sistemático de transcrição de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou”.

Para análise dos dados procuramos, na medida do possível, estabelecer articulações entre as informações coletadas pelo pesquisador através das entrevistas e o referencial teórico do estudo, respondendo assim às questões da investigação, com base em nossos objetivos.

Tabela 1- Faixa etária

Faixa etária	Nº de mulheres	Porcentagem
15 a 20 anos	01	2,63%
21 a 30 anos	06	15,78%
31 a 40 anos	08	21,05%
41 a 50 anos	11	28,94%
51 a 60 anos	12	31,57%
Total	38	100,00%

Percebemos que há uma relativa diversidade na distribuição das faixas etárias das moradoras, ou seja, dentro da República podemos encontrar várias gerações que apresentam em comum a situação de trajetória de vida nas ruas. Algumas estão em busca da sua reinserção social, de sua independência, no auge de sua idade produtiva, outras se encontram sem perspectivas pessoais de mudança, desmotivadas, em fase de recolhimento.

De acordo com D’Incao (1993): “O homem de rua é uma pessoa que foi pouco a pouco, perdendo seus territórios. Resta-lhe como último território ou espaço de defesa, seu corpo. Um corpo que está doente e requer cuidados. Trata-se de pessoas que perdem,

primeiramente, as suas próprias raízes, quando saem de casa em busca de uma vida melhor. Nessa busca que não cessa, vão perdendo também o sonho ou, de um outro ângulo, o futuro”.

Essa visão de homem de rua como o resultado de um processo de sucessivas perdas nos permite entender melhor seus comportamentos, a busca constante de algumas moradoras, por um emprego, uma moradia definitiva, cursos de capacitação e por outro lado o recolhimento de outras, que passam o dia na República ou vagando pelas ruas.

Tabela 2- Região de origem

Região de origem	Nº de mulheres	Porcentagem
Grande BH	14	36,84%
Interior	17	44,73%
Outros estados	07	18,42%
Total	38	100,00%

A maioria das moradoras da República Maria Maria são do Estado de Minas Gerais, sendo que 44,73% são nascidas em cidades do interior do estado e 36,84% na grande BH, e as demais são procedentes de outros estados. Verificamos que a realidade da República representada na tabela acima é semelhante aos resultados encontrados pelo 1º Censo da População de Rua do município de Belo Horizonte, realizado em 1998. Através dos relatos, apuramos que algumas mulheres vieram para a capital em busca de uma nova vida “Quando me separei vim morar e trabalhar em Belo Horizonte e trouxe os meus filhos comigo, mas não dei conta de cuidar deles sozinha”. A vinda para a capital é, muitas vezes, imaginada como a solução para parte dos problemas, tem-se a idéia de se estar indo para um lugar que pode oferecer melhores possibilidades de se viver. Vale ressaltar que a mudança para uma nova cidade não é somente pela sobrevivência, mas também pela expectativa de se recomeçar uma nova vida, longe das angústias, em busca de um mundo um pouco mais feliz.

Tabela 3- Escolaridade

Escolaridade	Serie	Nº de mulheres	Porcentagem
Ensino Fundamental	1ª a 4ª	24	63,15%
	5ª a 8ª	09	23,68%
Ensino Médio	1º	0	0,00%
	2º	0	0,00%
	3º	01	2,63%
Analfabetas		04	10,52%
Total		38	100,00%

Verificamos a partir dos dados apresentados na tabela 3 que a maioria das mulheres, 89,48%, frequentou a escola. Contudo averiguamos que entre as entrevistadas a baixa escolaridade é uma realidade, já que 86,83% possuem apenas o ensino fundamental ou parte desse. Os problemas enfrentados pelas mulheres de modo geral podem ser atribuídos a esta realidade aqui apresentada, esse fato é confirmado por Attila e Correia (1997), segundo esses autores no caso das mulheres, a pobreza se deve, entre outras coisas, a uma educação insuficiente e a diferença de acesso à escola e ao treinamento, a dependência e a falta de direitos econômicos e o ingresso desigual ao emprego, mercados e recursos.

Tabela 4-Motivo pelo qual foi morar na rua

Motivo	Nº de mulheres	Porcentagem
--------	----------------	-------------

Problemas familiares	Abandono	07	18,42%
	Conflito	16	42,10%
Problemas econômicos		13	34,21%
Voluntário		02	5,26%
Total		38	100,00%

A presença de problemas familiares foi enfatizada como um dos principais motivos que haviam levado as mulheres a morar nas ruas.

Segundo Escorel (1999) “Quando a família é enunciada como motivo para a mulher ter passado a residir nas ruas, em geral, encontram-se associados o alcoolismo e o consumo de drogas, a violência doméstica, conflito de valores entre pais e filhos ou entre irmãos, e incapacidade física, mas, sobretudo, as doenças mentais”.

Para a análise dos dados adotamos dois grupos: os conflitos e o abandono familiar, sendo que, 18,42% estão relacionados ao abandono e 42,10% devido aos conflitos familiares. Consideramos como abandono quando a família se negou a cuidar da pessoa, abandonando-a na rua, como o caso de uma das entrevistadas que chegou a viver na calçada de sua própria casa: “Fui expulsa de casa pelo meu cunhado, logo que meu pai morreu”, e por conflito, entendemos todas as situações de desentendimentos, brigas e agressões, que culminaram com a saída para a rua: “Comecei a brigar com o meu pai quando comecei a namorar aos 12 anos”; “Não estava mais dando certo com os meus irmãos de criação, a gente brigava então eu saí de casa”. Por meio dos depoimentos, percebemos também que, em alguns casos, a saída do lar ou a perda deste está relacionada ao abandono, discriminação e conflitos familiares gerados pela não aceitação do transtorno mental por parte das famílias. Vale ressaltar que o fator econômico é também um determinante da ida para as ruas, pois mesmo com o abandono e os conflitos haveria possibilidades de sobrevivência fora das ruas se houvesse um amparo financeiro.

Tabela 5-Afecções a saúde

Afecções	Nº de mulheres*	Porcentagem
Sofrimento Mental	22	57,89%
HIV	05	13,15%
Alcoolismo	06	15,78%
Anemia crônica	02	5,20%
Nenhum tipo de afecção	06	15,78%

*É importante ressaltar que a maioria das moradoras apresenta mais de uma afecção de saúde. Constatamos que uma porcentagem considerável das mulheres, 57,89%, é acometida pelo sofrimento mental. Essa condição torna-se um fator determinante de exclusão social. Entendemos por exclusão social toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito (Escorel, 1999). Além disso, a presença de afecções como o HIV (13,15%) e o alcoolismo (15,78%) refletem a vulnerabilidade em que se encontram esses indivíduos. Estar nas ruas parece representar a agonia e a morte social e por isso o uso da pinga pode ser interpretado como uma busca pela analgesia que possibilita a essa população buscarem a liberdade dos códigos internalizados e entra num mundo imaginário que afaste, pelo menos por breve espaço de tempo, as pressões sociais.

Em seu trabalho, Dias (1994) nos chama a atenção para os problemas de higiene, relacionados às condições de vida precária com os quais se defrontam os moradores de rua. Essa situação aumenta a vulnerabilidade dessa população e amplia os problemas de saúde. Percebemos que muitas vezes a escassez do cuidado com a higienização corporal é devido à

falta de conhecimento da real necessidade que essa tem à conservação da saúde do indivíduo, pela escassez de recursos ou ainda pela a auto-estima comprometida.

Tabela 6-Tempo de trajetória nas ruas.

Tempo	Nº de mulheres	Porcentagem
Menos de 1 ano	07	18,42%
1 ano a 3 anos	09	23,68%
3anos e 1dia a 5 anos	07	18,42%
5anos e 1 dia a 10 anos	09	23,68%
Mais de 10 anos	05	13,15%
Não sabe informar	01	2,63%

As mulheres que utilizam os espaços públicos como moradia, buscam segurança vivendo em grupos, contudo, algumas são tratadas como objetos e são vítimas de violência de seus iguais. A violência sexual aparece em vários dos relatos coletados durante as entrevistas: “Muitas vezes fiquei com homens que nunca vi, tinha que ficar calada se não morria”. No entanto, o agrupamento, apesar de representar a possibilidade de melhores condições de subsistência e proteção, aumenta o risco de se tornarem alvo da polícia e de denúncias de vizinhos por causa das bebedeiras e algazaras. Constatamos através das entrevistas que nesse período, em que as mulheres estão nas ruas, a prática de pedir esmolas é uma forma de conseguir dinheiro para sobreviver, segundo Dias (1994) entre os moradores de rua, homens e mulheres, a prática de pedir esmolas é característica da população feminina.

Tabela 7-Contato familiar

Contato	Nº de mulheres	Porcentagem
Sim	18	47,36%
Não	20	52,63%
Total	38	100,00%

Verificamos que 47,36% das moradoras da República Maria Maria, mantêm algum tipo de contato com seus familiares. Esse contato ocorre por meio de visitas dos parentes das internas à instituição, “Tenho contato com o meu filho, ele vem me visitar aqui!”, contato por telefone que ocorre principalmente quando o familiar mora em outra cidade ou estado e, raras vezes, pela procura direta da moradora pelos familiares. Das 52,63% que não possuem contato familiar algumas demonstram sentimento de revolta e decepção, outras preferem não comentar a situação.

O contato entre as mulheres e seus familiares diminui à medida que aumenta o tempo de moradia nas ruas, existindo, em algumas vezes, o total rompimento com o grupo familiar.

Vários são os motivos que fazem com que essa mulher se distancie de seu grupo familiar: o alcoolismo, a violência doméstica e/ou sexual, a mulher ser sofredora de algum tipo de transtorno mental, nesse caso, ou a família não tem estrutura para cuidar dessa mulher, ou a própria mulher em momento de crise abandona a seu grupo familiar, mesmo sendo essa assistida integralmente pela família. Essa desintegração é reflexo, em grande parte, da fragilidade das famílias, principalmente as de baixo poder econômico.

Uma outra razão que pode ser causa da perda do contato familiar e ocorre principalmente, com as migrantes é a tentativa de se esconder da família a sua real situação na cidade para qual veio em busca de melhores condições econômicas.

Escorel (1999) nos explica muito bem a realidade apresentada pelas moradoras da República quando nos diz que “O afastamento da família, elemento fundamental de apoio material, de solidariedades e de referência no cotidiano, permite uma primeira e basilar

configuração da população de rua: é um grupo social que apresenta vulnerabilidades nos vínculos familiares e comunitários”.

Conclusões

Consideramos valiosa a construção desse perfil, já que trabalhamos sob a ótica freireana, que busca a educação libertadora através da construção do conhecimento pelo próprio sujeito, cabendo a nós a aprendizagem mútua com essas pessoas e o reconhecimento de suas demandas para facilitação no processo ensino-aprendizagem e ainda a sistematização dos saberes construídos coletivamente. Dessa forma, conhecer esse sujeito torna-se algo essencial para o sucesso da prática educativa num projeto de extensão.

A construção do perfil com base em entrevistas individuais possibilitou que se estabelecesse uma relação de confiança com o público alvo, desafio inquestionável para a evolução do nosso trabalho, além de possibilitar uma visão mais coerente da realidade vivida por essas mulheres.

As entrevistas, de modo geral, se deram em um clima de afetividade, que abriu espaço para um diálogo informal, permeado pela emoção de quem lembrava fatos da própria vida. Algumas mulheres perceberam esse espaço como uma oportunidade para desabafar situações vividas e outras, para dividirem a saudade dos entes que “ficaram só no coração”. Ao mesmo tempo, nós estudantes, iniciando uma trajetória de vida profissional, nos sentimos agradecidas pelo conhecimento que, gratuitamente, essas mulheres dividiram conosco, por vezes, entristecidas pelas suas histórias e noutras vezes, confiantes de que sair da rua é, sem dúvida, o primeiro passo.

Percebemos que a Enfermagem pode ir muito além das práticas assistenciais e gerenciais através da incorporação de atividades educativas. Além disso, tem na construção do conhecimento um processo de seu fazer cotidiano, independente do cenário de atuação ou dos sujeitos de quem cuida. Torna-se ainda necessário à reflexão sobre sua função social e a relação com os sistemas político, econômico e social.

Por fim, enquanto acadêmicas e futuras enfermeiras, concluímos que temos um compromisso no trabalho de resgate da cidadania destas mulheres, buscando despertar a auto-estima e propiciar melhores condições para conquistarem seus direitos, há muito relegados, para assim alcançarem uma melhor qualidade em suas trajetórias de vida, longe das ruas.

Referências bibliográficas

- ÁTILA, R.; CORREA, S. Panorama brasileiro. Observatório da cidadania; monitorando o desenvolvimento, Montevideu, n.4, p. 1997.
- BRASIL, Resolução 196 que dispõe sobre os aspectos ético-legais dos trabalhos de investigação científica, 1996.
- BELO HORIZONTE. Secretaria da Ação Social da Prefeitura Municipal. **I Censo de população de rua de Belo Horizonte**. 1998, 75p.
- DIAS, C.J.M.; VIEIRA, M.A.C.; BEZERRA, E.M.R.; ROSA, C.M.M. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 181p.
- D'INCAO, M.C. Perdendo seus territórios. In: caderno do CEAS, Salvador, BA: CEAS, n.151, p.28-31, mai/jun. 1993.
- ESCOREL, S. **Vidas ao léu**; trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. 276p.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995. cap. 3 e 4.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 174p.